

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Lilian Amorim Ferreira

FEMINISMO E POLÍTICA AO ENTORNO DA SUB-REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

)
Artigo apresentado ao Bacharelado,
Interdisciplinar em Ciências Humanas, da
Universidade Federal de Juiz de Fora, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Leonardo Silva Andrada.

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Lilian Amorim Ferreira, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673182A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **FEMINISMO E POLÍTICA AO ENTORNO DA SUB-REPRESENTAÇÃO NO BRASIL**, desenvolvido durante o período de 11/03/2019 a 04/07/2019 sob a orientação de Prof. Leonardo Silva Andrada, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 16 de julho de 2019.

Lilian Amorim Ferreira

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

FEMINISMO E POLÍTICA AO ENTORNO DA SUB-REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Lilian Amorim Ferreira¹

RESUMO

Este trabalho apresenta-se por meio de carácter teórico, onde expõe reflexões e discussões sobre uma sequência de problemas que as mulheres enfrentam na sociedade contemporânea ao tentar ingressar nas áreas de políticas institucionais, e cargos que demandam poder, pelo fato de serem do gênero feminino. Contudo, neste contexto perpassará, por algumas contextualizações que implicam as vivências das mulheres marcada pelas inúmeras histórias de desigualdade dentro do corpo social. E dispor na sua estrutura, são apresentadas as perspectivas que direcionam para o entendimento de como são acometidos os movimentos de dominação social que envolvem as mulheres e o que esse fenômeno resultaria. Além do mais, com base nas experiências pretende explicitar que, após vários séculos de confrontos para conseguir ter acesso a direitos sociais e civis considerados básicos, as mulheres ainda travam batalhas para adentrar em determinados cargos dentro da sociedade. Com base então nessas prerrogativas, tenciono aqui um momento para dispor-se de algumas reflexões de compreensão e opiniões sobre a conjuntura atual, que nos encontramos e com isso expor a problemática, que os dados se faz demonstrar nas questões de representação feminina no âmbito deste país.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Desigualdade. Política. Representação. Patriarcado.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades experimentadas pelas mulheres no âmbito da vida em coletividade, nos faz refletir porque certas demarcações (e a principal em que me proponho a ressaltar aqui), é caracterizada como referida a classe de gênero, e esta se impõem como um importante determinante, se tornando muitas vezes um grande limitador de atividades compostas na vida feminina. Do mesmo modo, a vivência das mulheres na vida em sociedade, sempre encontrou grandes dificuldades e frequentemente tiveram suas vontades contrapostas por serem consideradas inferiores e subjugadas como “segundo sexo” esses foram marcadores inteirados dentro da sociedade sendo considerados como verdades absolutas e disseminados como fatos sociais inquestionáveis.

Essa disseminação contra os atributos questionáveis relacionados a coletividade feminina, se fez por diversas maneiras, a inserção ao pensamento de submissão que, poderia ter passado direta ou indiretamente para elas, dessa forma, poderia ser instituído a todos os membros do conjunto de vivência ou a elas mesma que decorreriam de uma educação que ensinavam a uma sujeição ao gênero masculino, dentro aprendizado básico.

Ao decorrer da contemporaneidade essa disparidade se manteve arredado da igualdade entre seres da mesma comunidade. Contudo do século XX para cá, houve uma série de movimentos feministas ao redor do mundo, pois apesar da sociedade de alguns períodos anteriores, vim se desenvolvendo em várias esferas da vida em sociedade, na questão que envolve gênero (homens e mulheres) elas se colocaram de maneiras diferentes. Isso poderia se explicar como uma proveniência que decorreu dentro da comunidade que “herdou” de seus antepassados uma cultura patriarcal em que homens e mulheres eram tratados de formas distintas e com desigualdades gritantes e que só se fez alastrar posteriormente.

Ainda assim, com os adventos, que separam a sociedade antiga, da sociedade moderna, as mulheres conquistaram muitos espaços que antes eram impossíveis de se imaginar, além de tudo, do que se acreditava ser distante do alcance, elas o fizeram e passaram a ter alguns mesmos direitos dentro da vida social que os homens. Mas ainda faltam a ser conquistados outras diversas questões e recursos que abarcam a vida a sociedade, que para elas são extremamente desniveladas ainda e que por isso ainda existe um grande movimento para novas aquisições.

Portanto, aqui apresentarei algumas questões que podem ser discutidas e repensadas e que vão desenrolar alguns tópicos que estão correlacionados, a uma visão que representa a extrema desigualdade que se adentro a partir de um passado patriarcal e rodeado de discrepâncias. Também se desenvolve diligências

¹Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: lillyamorim25@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Leonardo Silva Andrada.

pertinentes, como um pouco da história do país e sua matriz, onde poderia encontrar profundos e enraizados comportamentos e pensamentos conservadoristas.

Conjuntamente o que compete a este desenvolvimento, poderá seguir mais de uma diretriz, na qual a segunda perspectiva seria a de analisar a que 'par' esta a representatividade das mulheres dentro da política brasileira e *porque* se prossegue grandes desafios desse gênero dentro da democracia representativa. Outra indagação proposta será, "por qual motivo os cargos que poderiam atribuir certo poder as mulheres como é o caso da representação por meio de política institucional tem tão pouca participação"? Por quê o número de mulheres é tão inferior se equiparado com o de homens? Por quê são encontrados tantos empecilhos para as suas candidaturas? Essas são interrogações importantes para poder se pensar até mesmo para se manterem a tencionados as outras possíveis questões que possam surgir ao longo do desenvolvimento de assuntos ligados a este.

2. CONSERVADORISMO MORAL

Os entraves hoje encontrados pelas mulheres na vida social, civil e de política institucional, tem produzido grandes pressupores de que forma isso teria se originado, e diante dos questionamentos oriundos, é plausível apontar que essa totalidade de problemas tenha tido origem, junto com o alvorecer da vida ocidental. E contextualizando para o caso do Brasil (contexto principal deste trabalho), a ideia de conservadorismo patriarcal foi instaurada neste país com o advindo da colonização portuguesa, ou seja, o que se sucedera depois, foi uma consequência da implantação da cultura efetivada pelos portugueses e descendentes de uma época de "descobrimientos" (de uma terra que já era habitada mas, que eles acharam que tinham feito uma descoberta por não conhecerem tal região) e essa cultura que eles trouxeram na "bagagem" se propagou para toda a sociedade que se derivou depois.

Alguns escritores da linha do pensamento social brasileiro, demonstraram um notável interesse nesta parte do desenvolvimento do Brasil, e se propuseram a analisar e conceituar essa parte da história brasileira, como foi o caso do autor Sérgio Buarque de Holanda, que expõe em sua obra *Raízes do Brasil* (1936), um esforço crítico para tentar ultrapassar o passado colonial, e para além de outras questões que retratam a conjuntura daquela época, o autor descreve acontecimentos que configuram o patriarcalismo brasileiro. De que modo, em um capítulo dedicado especificamente, ele aborda o tema descrito como "*patriarcado rural*".

Com mais da metade da população brasileira vivendo no meio rural, na época do período colonial, Buarque de Holanda, analisa que toda a economia do país, partiria do trabalho do campo. E com isso grandes funções eram administradas pelos senhores da fazenda e donos dos engenhos, e com isso se constituiria o conceito de patriarcado rural, que é explicado pelo fato do fazendeiro, já incorporado no esquema de sociedade daquele período, ser o grande detentor de um poder social que ele irá impor certamente para satisfazer seus interesses, tanto dentro da sua família quanto aos seus empregados. "A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se não de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos."

Outro importante autor para desenvolver e explicitar o que seria o patriarcado brasileiro do século XX, era o autor Gilberto Freyre, assim como Holanda, ele menciona na sua obra *Casa Grande & Senzala* (1933), a ideia de patriarcado rural, na qual foi explicado um pouco de sua teoria sobre esse assunto no artigo de Márcio Ferreira de Souza;

Gilberto Freyre, em sua publicação seminal *Casa-grande & senzala* (1933), realiza um estudo acerca da formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Nesta publicação, um enfoque maior passa a ser dado às mulheres. Ainda que seja destacada especialmente sua inserção na vida privada doméstica—visto que este era o espaço limitado para a condição feminina no mundo colonial e agrário. (Souza, 2011, p.89)

Posteriormente, em sua outra obra *Sobrados e Mucambos* (1936), Freyre apontava, que no decorrer daquela sociedade o patriarcado mudava de aspecto passando do rural, o qual era caracterizado pela família sendo chefiada por um homem, cujo papel era a geração de economia e renda naquela sociedade e o papel das

mulheres eram assimiladas a vida doméstica. E a transição para o patriarcado moderno, só salientava algumas mudanças, mas não de melhora e sim de vertentes, que eles encontravam para poder explorar e subordinar ainda mais, como exemplo disso, era a vida sexual das mulheres que encontrava-se em total comando pelas mãos de senhores e homens a quem eram de certa forma ligadas, elas eram obrigadas a satisfazerem as vontades mais sórdidas do sexo oposto.

Mas ainda assim, não importava se o que o conceito estabelecido fosse o patriarcalismo rural ou o moderno a vida das mulheres dentro de suas particularidades eram sempre ordenadas por homens, e a vida civil então nem existia naquele corpo social.

Seguindo adiante com o assunto em questão, outro autor que constrói uma perspectiva a respeito da subordinação sobre a vida das mulheres dentro da sociedade, é John Stuart Mill, que descreve em *A Sujeição das mulheres (1869)*, as desigualdades sofridas pelas mulheres, Mill era um grande defensor dos direitos individuais e com isso acabou expondo e fazendo críticas sobre suas teorias em seu livro. Apesar do mesmo, não estar inserido na mesma região que os dois autores citados acima, ele ficou conhecido como um dos poucos filósofos de sua época a reconhecer que na sociedade existem grandes problemas com o desequilíbrio na balança social, relacionado a gênero.

No texto sobre Mill (2006), é visto que a submissão que as mulheres sofrem, por homens, ou melhor, a ideia que era apresentada de haver um sexo mais forte do que o outro, ele justifica, como uma noção abstrata, visto que nada teria sido comprovado, e nem sequer foram proporcionados argumentos que pudessem identificar que tal coisa existiria, as pessoas daquele tempo só se respaldavam com base na experiência de vida que tiveram, porém ele confirmaria que haveria fisicamente o diferencial entre homens e mulheres, todavia nada justificaria um ter o domínio do outro.

E, em segundo lugar, a adoção deste sistema de desigualdades nunca foi o resultado de deliberação, nem de previsão, nem de quaisquer ideias sociais, nem de qualquer noção de que levaria ao benefício da humanidade ou à boa organização da sociedade. Surgiu apenas do fato de que desde o alvorecer da sociedade humana, cada mulher (devido ao valor a ela atribuído pelos homens, juntamente com sua inferioridade em força muscular) se encontrava em estado de submissão a algum homem. As leis e os sistemas sociais sempre começam por reconhecer as relações já existentes entre os indivíduos. Convertem o que era um simples fato físico em um direito legal, dão-lhe a sanção da sociedade, e principalmente visam à substituição dos conflitos de força física, que não conhecem regra ou lei, por meios públicos e organizados de afirmar e proteger esses direitos. (MILL, 2006, p.184)

3. CONTEXTUALIZANDO O FEMINISMO

Uma postura, que antes poderíamos encontrar na sociedade, de modo que naturalizava a maneira como as mulheres sempre foram subordinadas em relação aos homens em vários momentos de suas vidas, tem se mostrado diferente e hoje cada vez mais, a sociedade num todo vem tentando desnaturalizar esse conceito, de que a mulher seria inferior ao sexo masculino, e que por isso, teriam que ser comandadas por eles. Isso também, se torna um fator importante que está sendo desmentido através de inúmeros estudos teóricos e afins, de que não existiria essa natureza essencialista aplicada ao gênero feminino, e sim que ela teria sido construída ao longo da história no qual a sociedade teria se desenvolvido.

Neste trabalho, é importante evidenciar que as conquistas obtidas pelas mulheres, foram sempre apresentadas através de reivindicações feitas a partir dos movimentos sociais, as histórias de lutas pela igualdade sempre foram marcadas por intermédio dos movimentos sociais, ele foi um meio que as mulheres encontraram para que a sociedade soubessem, que elas não estavam satisfeitas com a situação a quais elas pertenciam.

Os primeiros relatos da história do movimento feminista, teoria ocorrido durante a Revolução Francesa em 1789 (Gurgel,2010) na qual a primeira demanda social, que estava para ser reivindicada, era o direito ao voto (sufrágio). A partir daí então, só foram crescendo as demandas e as objeções para serem mais ativas como sujeitos da sociedade civil e poderem participar da vida pública como só os homens detinham naquela época.

Posteriormente, em mais lugares no mundo (principalmente países da Europa) aderiram ao movimento, até mesmo na época em que o capitalismo já se consolidava, e foi na época da formulação da teoria sobre a “luta de classes” de Karl Marx, se afirmaram alguns objetivos semelhantes aos que a classe trabalhadora da época objetivavam. Ainda em Gurgel, é possível ver como o movimento foi alavancando outros propósitos cada vez mais e se fez surgir particularidades em que nenhum movimento anterior tinha realizado.

Dentre as particularidades deste movimento, sem dúvida, o seu caráter de massa foi o que mais desafiou as feministas socialistas, no interior das organizações sindicais, bem como na estrutura dos partidos socialistas comunistas. Para justificar a importância da luta das mulheres, para o processo de transformação radical da sociedade. Sem dúvida que, o debate em torno desse caráter e de seu papel na luta revolucionária, mobilizou, articulou e ao mesmo tempo, dividiu a ação das feministas. No entanto, foi fundamental para a consolidação do posicionamento político do movimento no sentido de articular a luta das mulheres com a luta pela emancipação humana. (Gurgel, 2010, p.3)

São vários autores que se redirecionarão sua atenção para esse acontecimento histórico na sociedade, e principalmente período que ganha-se o destaque mais notável, que são os principais episódios no século XX, descritos como as ideias que a professora Marlise Matos enfatiza:

No século XX, para combater tais discriminações, mulheres de todo o mundo se organizaram enquanto sujeitos políticos em quase todas as partes e continentes, tendo como pontos de partida suas vivências de privações, segregações e opressões dos mais distintos matizes e não apenas na carreira política institucionalizada. Neste século também foram criados e fortalecidos os movimentos feministas e de mulheres, em uma rica pluralidade de formas, tonalidades, ritmos e articulações locais, nacionais e internacionais. (Matos, 2009, p.1)

Ainda no século XX, o movimento feminista ganhou outro lugar para dar palco a continuação do fluxo de reivindicações, se contudo ele iniciou-se na Europa, foi nos Estados Unidos que ele se desenvolveu e ganhou “fama” e despertou interesses sobre o que estava acontecendo com o resto do mundo.

Segundo a autora Nancy Fraser (2007), o movimento feminista teve 2^a ondas, na qual, a segunda foi a mais impactante e que atendeu a maior quantidade de demanda do movimento.

Para os meus propósitos, a história da segunda onda do feminismo se divide em três fases. Em uma primeira fase, o feminismo estava estritamente relacionado a vários “novos movimentos sociais” que emergiram do fermento dos anos 60. Na segunda fase, foi atraído para a órbita da política de identidades. E, finalmente, em uma terceira fase, o feminismo é cada vez mais praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes. E eu me explico em seguida. A história da segunda onda do feminismo apresenta uma trajetória impressionante. Fomentada pelo radicalismo da Nova Esquerda (New Left), essa onda do feminismo começou como um dos novos movimentos sociais que desafiaram as estruturas normatizadoras da socialdemocracia pós-Segunda Guerra. Originou-se, em outras palavras, como parte de um esforço maior para transformar o imaginário político economicista que tinha centrado a atenção em problemas de distribuição entre as classes. (Fraser, 2007, p.293)

Deste modo, seguindo a linha de pensamento traçado por Fraser, o movimento feminista teria produzido três grandes “ondas”, na qual cada uma delas redirecionava suas atenções e demandavam objetivos diferentes.

Trazendo a perspectiva do movimento feminista para o Brasil, ele começa a destacar-se a partir dos anos de 1970 como aponta Sarti (2004), após a ditadura militar (1964), com toda a repressão que se

manifestava durante o período, as mulheres começaram se juntar para tentar reverter a situação de opressão, sendo fortemente influenciadas pelo feminismo marxista Europeu e também Americano.

Fundamentado em reivindicações sociais, o movimento feminista brasileiro teve primeiro, como principal alvo, o combate as opressões causadas por adversidades políticas que atuavam na época de maneira autoritária, e que se desenvolviam em experiências de relações de parentesco.

Somente em um segundo momento no qual Sarti destaca, que ele se torna um movimento voltado para questões de políticas públicas, assim ele se destacou de outros países, por começar em bairros periféricos, que posteriormente se juntaram a igreja católica, contra o regime político da época. Essa junção possibilitava mais visibilidade, e com a organização formada por esses grupos, conduziam-se até o Estado solicitar as demandas propostas, como consequência as mulheres começaram a se distanciar do ambiente doméstico, e começou a interagir mais ativamente com meio que circunda as políticas públicas, este então foi considerado um grande marco para o feminismo no Brasil.

Em conjunto, com todos esses acontecimentos no ano de 1975, a ONU (Organização das Nações Unidas), como aponta Sarti, anuncia como sendo o ano internacional da mulher, possibilitando que os horizontes ligados aos movimentos feministas no Brasil se expandisse ainda mais.

Já nos anos de 1980, o movimento ganha uma certa consolidação (Sarti), atribuindo essa conquista a volta das mulheres que foram exiladas em outros países. Dessa forma, ocorreu a troca de informações de mulheres que permaneceram aqui e as outras que tiveram experiências fora do país, elas compartilhavam como eram os movimentos atuantes no exterior, e com isso trazia novas ideias para um embasamento em suas novas ações legitimadoras. Anos 1990 em diante, o movimento feminista ganha várias formas, entre elas, como é destacado, ONGs, que formada por mulheres feministas ajudavam e acolhiam outras mulheres em situações de desamparo. Atinge também o âmbito acadêmico, desenvolvendo estudos de gênero, perpassa pelas questões de saúde pública feminina, e começa a tratar as relações abusivas e decorrente de violências domésticas por meio de deliberação de leis.

4. IMPASSES

A representação de mulheres em cargos políticos são consideradas discrepantes e alarmantes, visto que o número de homens excede mais da metade dos cargos efetivados (Tabela 3). Para além disso, interfere na sociedade ao todo, encontrando-se níveis de desigualdade entre os cidadãos incoerentes para a lógica de Estado democrático.

Foi evidenciado em Miguel (2009), que essa fraca participação das mulheres na esfera política, já teria começado a gerar alguns problemas na sociedade atual. Ele observa, que não é a falta de vontade do gênero feminino em participar dessa classe e sim as circunstâncias que fornecem as faltas de condições, sejam elas sociais, culturais ou econômicas, que muitas vezes impedem as mulheres de se candidatarem a algum processo eleitoral, que sempre foi dominado pelo universo masculino.

Tomei por analisar os levantamentos do CFEMEA (Centro Feminino de Estudos e Assessoria), mais especificamente alguns artigos de Patricia Rangel, e o principal que denota o assunto referido é o artigo intitulado *Sex and city: reflexões sobre a representação parlamentar feminina e as eleições municipais de 2008*; Rangel levanta um conjunto de questões a respeito de, como tem sido as dificuldades das mulheres nas eleições, no caso de serem eleitas ou apenas se elegerem nas eleições em algum partido político, e como esse problema seria refletido em toda a sociedade.

No então artigo, Rangel ligaria o nome de uma famosa série traduzida como, Sexo e Cidade, para um título de um artigo, na qual ela questionaria certas reflexões “*como o sexo de um candidato altera substancialmente suas chances de eleições?*” e ainda “*Até que ponto ser homem ou mulher agrega legitimidade para o exercício da função política na cidade?*” São essas então algumas das premissas do artigo de Rangel que poderíamos adotar aqui também, para tentar elucidar como essas adversidades refletem na comunidade.

As afluências que tornariam essa discrepância enorme, teria originado como um dos principais fatores o argumento fundado na resistência da legitimidade feminina dentro da sociedade patriarcal, ou seja, qualquer tentativa de mudança de hábitos, que poderia fazer com que elas saíssem do ambiente doméstico, redirecionaria para que fossem sempre questionadas e em seguida a aceitabilidade ficaria cada vez mais difícil de se obter. E outro grande obstáculo, seria o problema da visibilidade – ou melhor a falta dela –, esse pode ser considerado

um grande transtorno também, em razão de que, muitas mulheres nunca nem trabalharam fora de suas casas e diante disso, conseguir uma visibilidade exigiria uma dinâmica maior ao entorno da sociedade.

Muitas mulheres brasileiras, vivem uma vida doméstica com baixos níveis de escolaridade, ou as que conseguem concluir os estudos, não “enxergam” um futuro em uma vida de carreira pública ou em posições de liderança, pelo fato também de não terem referências como exemplos. As mulheres que conseguem filiar-se a algum partido, encontram as dificuldades como a invisibilidade dentro do mesmo, e teriam poucas chances de exercer uma comunicação e expressão dentro do próprio partido, advindo questionado no âmbito ético-político, mas que ficaria muitas vezes em “off”, por falta de posicionamento dos membros.

Esses fatores mencionados acima, são os gatilhos que acarretam outras razões para o grande número de restrições de mulheres em filiações políticas, mas para além disso, a falta de interesse dos partidos em lançar candidaturas de mulheres que se comparadas aos homens dentro do partido, trocariam elas por eles, por vários motivos, dentre eles o histórico de influências/visibilidade, escolaridade, classe social e recursos financeiros.

Além do mais, nessa conjuntura, o que faz se valer são os fins que eles desejam alcançar e não os meios para esses feitos, com isso dificultaria ainda mais para o grupo feminino, visto que teriam pouca caminhada política, onde estas estão conseguindo aos poucos e recentemente, eles não as enxergariam como um forte candidato que poderia ter chances de vencer as eleições, e seguindo uma certa lógica eles colocariam homens que tivesse maior probabilidade de vitória eleitoral em seus lugares, ou seja, eles não dariam uma oportunidade para as mulheres mostrar sua capacidade, em virtude do próprio julgamento do partido não teriam mínimas chances. De tal maneira, eles colocam as mulheres que tentam uma representação em cotas, para que elas apenas possam preencher, sem chance nenhuma de assumir uma possível liderança.(RANGEL,2008).

As cotas foram uma maneira que o Estado, determinou para que os partidos políticos incluíssem mulheres dentro do âmbito político nacional, como uma forma de igualdade entre os membros que integram a sociedade. O artigo intitulado *As cotas eleitorais de gênero como um instrumento de ação afirmativa eleitoral*, salienta um pouco de como funcionaria a chamada cota de gênero dentro dos partidos: “Objetiva refletir sobre a validade da reserva de candidaturas constantes do art. 10§3º da Lei nº 9.504, alterada pela Reforma Eleitoral de 2009, como uma ferramenta apta a franquear maior acesso às mulheres na esfera política nacional.” Mas de nada valeria essa cota, se não a número de mulheres suficientes para preenchê-las e a sua real eficácia poderia ser questionada, ela só realmente seria possível como uma solução eficaz, se a fiscalização fizesse o policiamento para que isso fosse amparado da devida forma. Essa adoção de cotas também segundo (MIGUEL,2009), é uma forma de afirmar que o problema entre as diferenças de homens e mulheres realmente existe e que precisa ser combatido.

Além do ambiente hostil, que elas podem se deparar ao tentar adentrar em cargos públicos, e consequentemente a marginalização sofrida, a um empecilho em que elas mesmo tem que superar, que são o fato delas acharem que não podem ou não conseguem exercer uma liderança, uma vez que, a cultura já impõem tantas objeções que, elas mesmo não acham que não podem chegar e realizar tal façanha que de competir com o grupo masculino.

O problema ainda se torna maior, quando se fala da cidadania das mulheres em relação como sempre foi vivenciando, as lutas travadas para obter os mesmos direitos dos homens isso e descrito por várias pessoas ao longo da história. Mas ha um questionamento em que isso dialogado diretamente com o problema de as mulheres não conseguirem alcançar cargos de liderança, e o que uma autora expõem em seu trabalho que isso poderia gerar críticas com relação as pessoas não alicerçarem o que dizem sobre esse assunto e querer co relacionar com essa corrente que está sendo bastante discutida durante a última década.

Mas questionar a noção de liderança feminina – sem esquecer o problema e a necessidade de mais mulheres fazerem parte da hierarquia das organizações – é uma tarefa difícil. Parece-nos perigoso continuar a lutar por um aumento do número de mulheres no poder em nome de análises e argumentos pouco complexos e com deduções simplistas que podem comportar perigos para as próprias mulheres, para a teoria feminista e o para o feminismo em geral. (Nogueira, 2006, p.3)

Uma importante observação que a autora Patricia Rangel (2009), fez em seu ensaio, e serve como um grande destaque aqui, para uma tentativa de sistematização, seriam as ligações que colocam as mulheres no cerne desse bloqueio no espaço da política, que são os cruzamentos entre pesquisas realizadas para a obtenção de dados sobre os futuros concorrentes as eleições para vereadores (cargo que a pesquisa foi realizada). Esses dados, revelam o quanto é significativo, essas informações para tentar entender, a baixa representatividade feminina, portanto com base na tabela 1 (título 4.1 do trabalho), é visto que independente do nível de escolaridade de todos os candidatos isso não interfere para que a maioria esmagadora em todas as classes de instrução sejam homens.

Este fato, logo evidencia que muitas vezes não teria importância o candidato possuir um alto grau de instrução, para maiores chances de se eleger, mas também demonstra que o nível de escolaridade das mulheres que estão sendo representados em porcentagem são menores que os homens e isso teria uma ligação direta com a maneira que foram se engendrando dentro da sociedade.

Temos os dados também da tabela 2 (Homens e mulheres eleitos(as) vereadores(as) em números absolutos e percentuais – Brasil, 2000-2008) que possui o cruzamento das eleições de 2000, 2004 e 2008, para o cargo de vereador, onde compreende-se que os números de mulheres eleitas diminuiu em cada cenário de eleição que aconteceu, apesar da porcentagem que quase se manteve em resposta ao número de homens que foram eleitos.

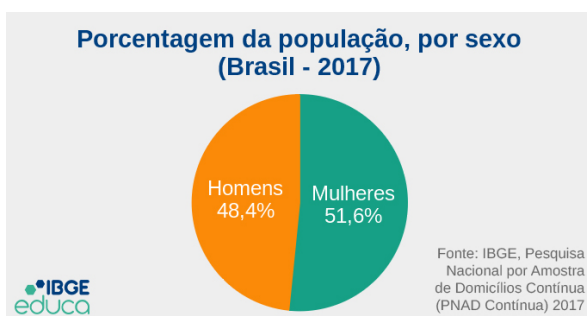
Analisando a tabela 3 (Mulheres em Instâncias de Poder no Brasil—2007), não precisaria nem observar muito sobre as disparidades entre os números da quantidade de cargos que as mulheres correspondem se comparado aos homens em todos os cargos. Além do mais, pode-se fazer uma correlação com esta tabela, de quanto mais os cargos sobem em relação ao poder, os números absolutos de mulheres não apresentam relevância, e beira cerca de menos de 20% dos cargos.

Rangel(2009) entende que:

Podemos falar em déficit democrático no Legislativo, pois uma assembleia só é considerada representativa se sua composição for uma miniatura da sociedade. Uma vez que há aproximadamente 50% de cidadãos e quase nada de legisladoras, é porque não há representação de fato. O mesmo ocorre para outros grupos sociais historicamente marginalizados.(Rangel, 2009, p.75)

4.1. DADOS DE POPULAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Hoje os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que os números de mulheres no Brasil ultrapassa a metade da população, cerca de 51% da população.



Porém esse número, se torna bem diferente em questões de representação em cargos públicos e de política de Estado. Se formos analisar os números de fato de uma década atrás que é algo que não está muito longe da nossa realidade atual, vemos os diferentes cargos comparados com o gênero masculino está em números visivelmente menores.

“Em fevereiro de 2009, a média de mulheres parlamentares era 18,4% no mundo e 21,5% nas Américas, segundo a União Interparlamentar (IPU, 2009a). O Brasil, com 9% de mulheres na Câmara dos Deputados (9 em 513) e 12,3% no Senado (10 em 91), estava na 106ª posição de um ranking composto por 136 países (IPU, 2009b).” (Rangel, 2008, p.71).

Tabela 1: Grau de instrução de candidatos(as) a vereador(a) por sexo – Brasil, 2008 (%)

Grau de instrução	Homens	Mulheres	Total
Analfabeto	87,13	12,87	100
Ensino fundamental completo	82,36	17,64	100
Ensino fundamental incompleto	86,12	13,88	100
Ensino médio completo	75,75	24,25	100
Ensino médio Incompleto	79,18	20,82	100
Lê e escreve	87,50	12,50	100
Superior completo	66,61	33,39	100
Superior Incompleto	73,05	26,95	100
TOTAL	77,93	22,07	100

Fonte: Cfemea/ Eleições 2008.

Tabela 2: Homens e mulheres eleitos(as) vereadores(as) em números absolutos e percentuais – Brasil, 2000-2008

Ano	Homens eleitos	%	Mulheres eleitas	%	Totais eleitos	%
2000	53.266	88,35	7.001	11,61	60.287	100
2004	45.238	87,33	6.555	12,65	51.800	100
2008	45.457	87,48	6.508	12,52	51.965	100

Fonte: Cfemea/ Eleições 2008.

Tabela 3: Mulheres em Instâncias de Poder no Brasil—2007

Poderes do Estado	Cargo/ Mandato	Mulher		Homem		Total
		N.A	%	N.A	%	
PODER LEGISLATIVO	Senador/ Senadora	10	12,34	71	87,66	81*
	Deputado/ Deputada Federal	45	8,7	468	91,23	513
	Deputado/ Deputada	123	11,61	936	88,39	1.059

	Estadual					
	Vereadora/ vereador	6556	12,65	45.252	87,35	51.808
PODER EXECUTIVO	Presidente da República	-	-	1	100,0	1
	Governadora/ Governador	4	14,8	23	85,19	27
	Prefeita/ Prefeito	418	7,52	5.141	92,48	5.559
PODER JUDICIÁRIO	Ministra/ Ministro STF	2	18,18	9	81,82	11
	Ministra/ Ministro STJ	4	12,12	29	87,88	33
	Ministra/ Ministro TST	1	5,88	16	94,12	17
	Ministra/ Ministro TSE	1	14,28	6	85,72	7
	Ministra/ Ministro STM	-	-	-	100,00	15

Fontes: TSE – eleições de 2006 (Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Estaduais/Distrital, governos) e eleições de 2004 (Câmara de Vereadores e Prefeituras) e sites: <http://www.brasil.gov.br> e <http://www.stf.gov.br/bndpj/tribunaisuperiores>. * Pela especificidade das eleições para o Senado, o número de senadoras/senadores abrange as/os 27 eleitas/os em 2006 e as 54 eleitas/os em 2002. Nas últimas eleições foram eleitas quatro senadoras e na anterior, oito. Duas deixaram a Casa para assumir posições em outros poderes.

Siglas: N.A. – número absoluto, STF – Supremo Tribunal Federal, STJ – Superior Tribunal de Justiça, TST – Tribunal Superior do Trabalho, TSE – Tribunal Superior Eleitoral, STM – Superior Tribunal Militar. N.A. – número absoluto, STF – Supremo Tribunal Federal, STJ – Superior Tribunal de Justiça, TST – Tribunal Superior do Trabalho, TSE – Tribunal Superior Eleitoral, STM – Superior Tribunal Militar.

Segundo a União Interparlamentar (IPU, 20092), a situação mundial da representação de mulheres e uma questão séria em todo o mundo: a média de mulheres nos Parlamentos é de apenas 18,6%, combinando-se as duas Câmaras – a alta (ou Senado com 17,6%) e baixa (ou Câmara de Deputados com 18,8%). Para alguns países mais desenvolvidos – levando-se em conta as duas Câmaras - estas médias se elevam: os países nórdicos contam com 42,5% de mulheres parlamentares; nos países americanos as cifras chegam a 22,6% e nos europeus (excetuando-se os nórdicos) a representação feminina está em 19,5%. O Brasil, que tem 9% de mulheres parlamentares na Câmara de Deputados, numa perspectiva comparada internacional, se iguala à situação dramática, por exemplo, dos países árabes (9%). Nosso país ocupa posição lamentável no ranking mundial: o 107º. lugar dentre um conjunto de 137 países. (Matos, 2009, p.3)

4.2. PERSPECTIVAS DIFERENTES

É visto que são diversos fatores que dificultam a entrada de mulheres na área de atuação política, e com base nos problemas encontrados do reduzido número feminino neste meio, a uma grande variedade de

feedback para este assunto, principalmente na busca de um entendimento dessa balança que está desequilibrada na sociedade democrática.

No texto de (MIGUEL,2009), é apresentada a perspectiva de uma autora chamada Hanna Pitkin (1967), que expõe o conceito de *contabilização*, mas que no texto de Miguel utilizará esse conceito de forma reformulada. Na qual, se constitui na ideia centrada no campo político, que geraria uma certa reciprocidade no momento da representação, entre a pessoa eleita e os seus eleitores, ou seja, para melhor elucidação seria uma troca de “favores”, entre o representante eleito e seus eleitores que teriam suas necessidades e direitos salvo guardados, se o representante tivesse ganhado, se esse método fosse implantado em uma eleição.

Também no texto de Miguel, pode-se ver esse o mesmo conceito reiterado na teoria de Anne Phillips, descrito como “política de ideias” e “política de presença”(PHILLIPS, 1995). Essas teorias chamadas a primeira de “políticas de ideias”, se constituiria de forma que as pessoas poderiam identificar-se com as pautas dos candidatos, e ver nestas pautas princípios semelhantes a suas concepções e poderiam eleger essa pessoa para ser seu intermediário na posição de política do Estado. Sendo um dado importante, para entender esse conceito, é a ideia de que a população se identificaria com as propostas do candidato e não a de um grupo cultural ou social que o cidadão pertencesse, isso não seria levado em consideração dentro desse fundamento, a questão proposta por esse conceito é que o candidato seria votado por seu planejamento de um futuro governo.

E com base nessa teoria, em seu texto Miguel (2005), argumenta que, no caso específico de candidaturas de mulheres, isso seria resolvido de uma forma que elas participasse diretamente como candidatas a eleições, para poder se fazer os seus anseios e necessidades a serem conquistados, e sim elas poderiam conseguir suas demandas por meio de um candidato do gênero masculino, que almeja em suas propostas de governo as mesmas diligências que este grupo buscaria.

Entretanto, Phillips alega que existiriam algumas críticas com relação a utilização desse conceito e expõe (MIGUEL,2009), que isso seria pertinente só em lugares cuja, desigualdade permeasse de forma, como na discriminação racial e econômica, pois com a questão que vemos e expomos aqui da dificuldade de mulheres penetrarem na política, ela justifica que esse método não teria eficácia se fosse aplicado nesse caso, uma vez que ele não ajudaria com o aumento de número de candidatas em relação aos partidos e eleições.

Assim nessa perspectiva vista em Miguel, ele faz apontamentos com base também nas concepções de Anne Phillips:

Um representante, afinal, não é um canal neutro pelo qual passam as preferências ou os interesses de seus constituintes. Ele exerce poder. A ausência de mulheres – ou de outros grupos em posição de subalternidade política – entre candidatos e eleitos pode ser atribuída a um menor interesse pela política, mas este interesse menor já é, em si, uma marca da desigualdade. [...] A ausência de mulheres no corpo de representantes contribui para perpetuar as condições de seu próprio afastamento, reafirmando a esfera pública – e a política, em particular – como território masculino.(Miguel, 2010, p.4)

Outra perspectiva relevante, é o conceito de “Ações afirmativas” que está presente no trabalho de Ferreira (2010), e que debate também com o ponto de vista, de ações afirmativas formulado pela autora Nancy Fraser. Contudo, o conceito de ações afirmativas pode ser explicado, da forma que ele teria se desenvolvido na esfera de políticas públicas principalmente aqui no Brasil. Então a formulação de ações afirmativas, refere-se a ligação direta presente nas desigualdades socioeconômica e cultural¹ (como mostra anteriormente), elas foram então criadas para diminuir essas diferenças dentro da mesma comunidade, dando oportunidades a grupos considerados minoritários (mulheres, negros, homossexuais e outros). Fazendo com que eles tenham chance de “competir” com os demais.

Essas ações afirmativas aqui no Brasil, são encontradas correspondendo por exemplo, a lei contra o racismo (LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989.), que completou 30 anos a pouco tempo, e pode se dizer que foi uma das primeiras formas de tentar banir um pouco as desigualdades, chamadas políticas de ações afirmativas constituídas no Brasil. Além desta, são também encontradas como forma de ações as cotas pra adentrar em universidades públicas, ou cotas para empregos cujo, objetivo visa empregar uma porcentagem x,

com algum tipo de deficiência, ou seja, aqui estas ações são considerados meios que grupos excluídos e marginalizados tenham certos direitos garantidos teoricamente.

É pertinente explicar, que essa política teria o enfoque como objetivo teórico, e as ações afirmativas feitas para abrigar o grupo das mulheres, que então reside na implantação, nas chamadas “cotas de gêneros”, no qual essa imbricaria a inserção na política brasileira, onde visa reservar certo número dentro dos partidos e eleições para pessoas do sexo feminino.

Segundo Ferreira (2010), essas políticas de ações afirmativas, é uma forma que o governo desenvolveu para tentar compensar as desigualdades pertinentes, que eles mesmo ocasionaram de certa forma ao deixar que isso emergisse durante a sociedade por muito tempo.

Essa política de cotas então, na teoria seria uma maneira excelente assegurar os direitos de Estado das mulheres, já que na perspectiva de Fraser (2007), isso demonstra, que não é uma questão de ética e sim de moral, e que isso seria um direito incontestável de grupos excluídos, participarem de todo o conjunto cultural e suas formulações diante do Estado democrático.

Na perspectiva de Rangel (2009), o panorama poderia mudar, através de uma reforma política, pois ela entende que o problema não esta somente nas candidaturas de mulheres, mas são também encontradas nas dificuldades deste processo, e todos os grupos minoritários do país em situação de desigualdade, então ela fomenta a ideia de uma reforma em todo o contexto político para, assim poder ter o poder democrático exercido de fato e acabar com o grande número de desigualdade.

5. MOVIMENTOS SOCIAIS X ATUAÇÃO POLITICA

Neste tópico, pode ser explicitado a questão dos movimentos sociais (movimentos feminista) que buscam uma autenticação diante da sociedade civil, com as suas demandas aos direitos femininos que temos acompanhado mundialmente. Estes movimentos sociais feministas requerem reconhecimento de igualdade de gênero, com base em diversos fatores que são culturalmente salientados pela desigualdade (cultural e econômica), e diante disso tem por objetivos o alcance de igualdade, reconhecimento de identidades frente ao Estado e a sociedade, entre outros.

A autora Nancy Fraser, em seu ensaio *Redistribuição ou reconhecimento?*, aponta dois tipos de teoria que aconteceria na esfera política, o primeiro *Redistribuição*, possui o seu conceito resumido na concepção de que, na sociedade haveria muitas pessoas que carecem de bens materiais e por isso defende ria-se a idealização de uma redistribuição desses bens materiais com a parcela da sociedade desprovida de tal coisa, fazendo-se valer então uma sociedade mais justa e equilibrada de recursos. Já no segundo conceito, permeia a ideia de *reconhecimento* de várias identidades diferentes por meio da justiça, ou seja, existiria uma visão que contemplaria uma justiça igualitária para todos, e imparcialidade diante de raça, gênero, etnia e religião.

Segundo Fraser, esses conceitos descritos acima, tornam-se conceitos de subdivisões dentro da esfera de justiça e uma organização essencial para uma sociedade melhor. Diante, de uma sociedade que permeia uma cultura pluralista esses seriam métodos, adequados para as diversidades institucionalizadas para as políticas públicas. E ela faz a seguinte consideração sobre injustiças:

“Portanto, longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente. Normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem participação igual na fabricação da cultura em esferas 6 públicas e no cotidiano. O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica” (Fraser, 2001, p. 251).

No referido tópico, *Movimentos sociais*, pode-se inferir que seria de grande valia a aplicação da tese de Fraser, (reconhecimento), para a objetivação das demandas de interesses desse grupo (mulheres), e dos demais na posição de subalternidade dentro da sociedade. Eles se beneficiariam se assim o Estado, então confirmasse, que esses grupos sofrem diante de exclusões (econômicas e culturais), e passassem a legitimá-los como os outros que não pertencem a essa parcela do corpo social.

Já na temática *atuação política*, talvez fosse capaz de aplicar a tese da Fraser de redistribuição, mas não no sentido de recursos financeiros, que poderia ter uma aplicabilidade também (mas que aqui não teria tanto interesse neste ponto), no entanto, poderia ser utilizado no sentido de redistribuir os grupos políticos que se formam com pontos de vistas parecidos, mas com perspectivas diferentes, reconhece que se fossem distribuídos por membros que pertencessem a grupos diferentes, como no caso pela busca do reconhecimento por identidades múltiplas, seriam aproveitados as duas estruturas de uma só vez para atribuir nos dois âmbitos as pluralidades do corpo social cultural numa política nova de Estado.

A intenção em estabelecer este tópico, que é designado como *movimento social e atuação política*, e que eles determinam ações diferentes e engendram grupos sociais distintos, e que com essa teoria da *redistribuição e reconhecimento* seria capaz de contribuir para uma comunidade que instaurasse direitos sociais mais igualitários, mesmo com o mundo contemporâneo fundado no capitalismo, sendo uma tese apoiadora da outra (como no caso da atuação na política). No entanto, isso, é considerado difícil, para não dizer impossível, pois vivemos em uma sociedade extremamente capitalista que cujos, valores principais que as pessoas buscam, são os recursos materiais para uma sobrevivência que exacerbada a riqueza de uns e a nutre a miséria de outros. E em Fraser mesmo é possível esclarecer, que essa teoria que ela desenvolve em um de seus trabalhos tem apenas um carácter crítico teórico, pois aponta que isso é uma solução de difícil aplicação em razão da sociedade atual, assim ela afirma:

Eliminar exploração, marginalização e privação específicas de raça exige a abolição da divisão entre trabalho explorado e supérfluo quanto a divisão dentro do trabalho assalariado. A lógica do remédio é como a lógica da classe: é eliminar a diferença de “raça” (Fraser,2007. p.293)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o trabalho apesar de constituir-se em um carácter teórico e subjetivo, ele apresenta fatores que competem as distintas experiências de desigualdade dentro da comunidade civil vivenciadas de formas diferentes por serem “representantes” de gêneros distintos.

Então coube destacar por qual motivo nas vivências e experiências no cotidiano das pessoas, isso teve início e se perpétuo em vários lugares (mas foi escolhido o Brasil, para abarcar esta construção teórica), e por vários discursos de viés de contraste, que se manteve para dar vasão as desigualdades entre membros de uma mesma sociedade. O artigo fez algumas demonstrações como foi no caso das ilustrações feitas com tabelas sobre as candidaturas e eleições e cargos já ocupados, que exteriorizo um pouco sobre como funcionaria a questão da política institucional no Brasil, até mesmo para elucidar o discurso que se seguiu anteriormente.

Pode-se destacar em um determinado momento que os advindos de movimentos sociais, mesmo abarcando discursos que sempre se mantiveram ao entorno da sociedade, não se manteve longe da prática de atuação política, pois foi através dos movimentos e greves que se abrangeu as demandas que hoje muitas poderão usufruir de seus direitos conquistados.

Na perspectiva da laboração deste, vemos que as injustiças e desigualdade presentes na contemporaneidade, não se formaram dentro deste período e nem se revelou aqui, mas elas foram trazidas por indivíduos que só se fizeram perpetuar os discursos contidos na linha de tempo do passado, repassadas muitas vezes de gerações entre membros da mesma família.

Embora, essa problemática da subalternidade de classes sujeitadas ao estigma do corpo social, se manterem por diversos motivos, é possível presumir que com muitos esforços, podemos atualizar e buscar transformações a favor de uma igualdade cada dia mais, para que haja uma possível mudança de contexto, no geral essa questão tem ganhado bastante visibilidade no decorrer dos anos, exemplo disso são muitos artigos que relacionam sobre esse aspecto.

O primeiro passo, que esperamos para que ocorra mudanças relacionadas ao contexto inserido, é reconhecer os problemas, ou seja, reconhecer que as mulheres nem de longe tem as mesmas possibilidades e oportunidades de assumir cargos como o ingresso na política de um país.

E com o reconhecimento da problemática traz o anseio por uma equivalência entre a população de natureza híbrida, gerando expectativas das diversas formas, assim o trabalho teórico traz uma conveniente oportunidade, para que transcorra diversas reflexões sobre o assunto, e que possa ser um gerador de críticas a fim de constituir um ambiente em que ambos os membros da comunidade possam concorrer de forma justa as oportunidades geradas.

REFERÊNCIAS

LIMA, Juliana Macedo de. **Democracia no Brasil e Participação das Mulheres na Política: Algumas Barreiras para o Desenvolvimento Democrático**. UFRGS: Primeiro Seminário Internacional de Ciência Política, 2015.

Mulheres na política: Representação feminina no poder não acompanha emancipação observada em outras áreas da sociedade. Fev. 2012/ Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>> Acesso em: 23 Jun. 2019

Conheça o Brasil – População: QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES. 2018. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em 23 Jun. 2019.

COSTA, Sérgio. **O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Sociedade e Estado, Vol. 29, Brasília: Set./Dez 2014.

BARBOSA, Fernanda Leal. **As cotas eleitorais de gênero como um instrumento de ação afirmativa eleitoral**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14536>. Acesso em 23 Jun. 2019.

LIMA, Ana C. F; ASSIS, Mariana P. Fraga. **Reconhecimento sem ética?** São Paulo, 2007. P. 101-138

FRASER, Nancy. **Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea**. UERJ: Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares. 2002.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: EdUnB, 2001.

LEI Nº 7.716. 5 JAN. 1989. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm>. Acesso em 23 Jun. 2019.

GURGEL, Telma. **FEMINISMO E LUTA DE CLASSE: HISTÓRIA, MOVIMENTO E DESAFIOS TEÓRICO-POLÍTICOS DO FEMINISMO NA CONTEMPORANEIDADE**. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Ago. 2010.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Revista Estudos Feministas: Ago. 2007.

RANGEL, Patrícia Duarte. **Sex and the city: reflexões sobre a representação parlamentar feminina e as eleições municipais de 2008.** Sociedade e Cultura: Goiânia, Jan./Jun 2009. P.69-78.

PINTO, Celi Regina Jardim. **MULHER E POLÍTICA NO BRASIL: Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa.** Estudos Feministas: Out. 1994, P. 256-270.

LIMA, Juliana Macedo. **Democracia no Brasil e participação das mulheres na política: algumas barreiras para o desenvolvimento democrático.** Seminário Internacional de Ciência Política, UFRGS: Set. 2015.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **MULHERES NA POLÍTICA: ENTRAVES E CONQUISTAS.** Jun. 2010.

SOUZA, Márcio Ferreira de. **GILBERTO FREYRE E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA SOCIEDADE PATRIARCAL NO BRASIL.** Out. 2011.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. **Os discursos das mulheres em posições de poder.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2006, vol. 9, P. 57-72.

MATOS, Marlise. **Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010?.** nov. 2009.

MILL, John Stuart. **A Sujeição das mulheres.** Niterói, v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 181-202, 1. - 2. sem. 2006

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 35-50, maio-agosto/2004.